



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8492 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

“POLÍTICA” NO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA ADOTADO NO ENSINO MÉDIO NO IF GOIANO – CAMPUS TRINDADE: CONCEITO E IMPLICAÇÕES

José Geraldo da Silva - INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IF GOIANO

Maria Esperança Fernandes Carneiro - PUC-GOIAS Pontifícia Universidade Católica de Goiás

“POLÍTICA” NO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA ADOTADO NO ENSINO MÉDIO NO IF GOIANO – CAMPUS TRINDADE: CONCEITO E IMPLICAÇÕES

Introdução

O objeto desta pesquisa é apresentar o conceito de *Política no livro didático de Sociologia* adotado no ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) – Campus Trindade.

Tem-se presente que a sociologia estuda o comportamento humano e os processos que ligam o indivíduo à sociedade enquanto conjunto de instituições que perfazem a vida dos indivíduos. Assim, ela tem uma base teórico-metodológica que visa o estudo dos fenômenos sociais e busca explicá-los a partir de suas relações e interdependência.

O livro didático não é um instrumento neutro no processo de ensino e aprendizagem. E, no caso do livro didático de sociologia, revela-se uma ferramenta que pode provocar e superar crenças do cotidiano de alunos e professores.

Considera-se que no embate social de diferentes interesses, uma perspectiva política leva não a conciliar, mas, a expor os diferentes interesses que perfazem a vida social. O que conduziu ao problema da pesquisa: *qual é o(s) conceito(s) de política que se delineia no livro didático de Sociologia e que implicações e/ou contradições provocariam no processo*

educativo dos jovens do ensino médio integrado em processo de formação?

Fez-se necessário, pelo estudo bibliográfico, à luz do materialismo histórico dialético, aprofundar-se nas concepções do conceito de política a partir da perspectiva conceitual proposta por Aristóteles (1994), Hobbes (1974), Rousseau (1997), Locke (1994), Marx (1996), Marx e Engels (1998) e Arendt (2007). Estes pensadores compreendem a política como o enfrentamento humano na deliberação dos diferentes interesses e busca pelo controle do poder que estão presentes na vida em sociedade. Espera-se, assim, apresentar o conceito de política evidenciado como fio condutor da construção e análise do problema proposto e, por fim, apresenta-se os resultados encontrados na análise do livro didático adotado – *Sociologia em Movimento*. Reitera-se, porém, que os conteúdos sociológicos do Ensino Médio não são neutros, mas, evitados por uma busca de reparação de um direito que pode estar sendo negado. Se não houver necessidade de reparo, de confronto ou debate, o objetivo da política, que se revela um meio e não um fim em si mesma.

Livro didático e inserção da Sociologia no currículo: breve contextualização

No Brasil, o livro didático, grosso modo, é instituído com o Decreto Lei nº 93, de setembro de 1937, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão legitimador legal do livro didático brasileiro e fomentador de sua produção. Do Instituto Nacional do Livro até o Plano Nacional do Livro Didático, instituído em 1985, o livro didático tem uma história conturbada.

Nesse contexto, Freitag, Motta e Costa (1987, p. 1029) afirmam que a história dos livros didáticos no Brasil é formada por uma sequência de decretos e leis desconectados da reflexão da sociedade. Essa desconectividade na relação Estado-Sociedade tem seu reflexo na falta de acesso a condições básicas para que a educação pública funcione.

Mesmo quando se dá o acesso ao livro didático, faz-se uma interface na relação entre cultura e sociedade, que segundo Soares (1996) interfere profundamente no trabalho escolar:

Um olhar sócio histórico sobre o livro didático no Brasil pode levar-nos a uma história de nosso ensino, das práticas escolares, da transformação das disciplinas ao longo do tempo, tudo isso determinado e explicado pela evolução de políticas culturais, sociais e, conseqüentemente, educacionais (SOARES, 1996, p. 56).

Isso coincide com o histórico descompromisso estatal para com a educação em seus variados níveis.

No que se refere ao livro didático de sociologia, tem-se um histórico de intermitência, uma vez que esta disciplina nem sempre esteve presente no currículo do Ensino Médio brasileiro. Em parte, por ser uma ciência recente e, de outra, devido a ingerências governamentais que, de certa forma, parecem ter receio deste componente curricular.

Contudo, em 2008, a Lei nº 11.684 incluiu a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias na educação básica de nível médio. Nesse contexto, a disciplina de sociologia

apareceu não como complemento de carga horária na exploração do trabalho docente, mas como um saber dentro de um projeto maior de sociedade previsto no currículo escolar. Nesse pensar, um conhecimento que contribui com uma acuidade maior no contexto do saber sociológico na compreensão científica dos fenômenos sociais. Assim, a Sociologia conquista seu espaço nos saberes essenciais do Ensino Médio.

O que se estuda em Sociologia no Ensino Médio? Nos livros didáticos de Sociologia, há prevalência dos seguintes conteúdos: Sociedade e conhecimento; Cultura e sociedade; Relações de poder e movimentos sociais; Mundo do trabalho e desigualdades sociais; Globalização e sociedade do século XXI; Vida nas cidades do século XXI. No geral, dá-se ênfase às questões centrais da vida em construção na sociedade.

É dentro deste conjunto de temas que o(s) conceito(s) de *política* são colocados em debate. São temáticas que proporcionam o debate das relações entre o indivíduo e a sociedade, o local de origem e presença na sociedade em que ele vive, principalmente, a questão das classes sociais. São conteúdos que revelam o posicionamento dos autores que os elaboraram, considerando os objetivos do currículo do Ensino Médio, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394, de 1996, que, no art. 35, evidencia como finalidades da educação o aprimoramento do educando como ser humano, em sua formação ética, desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, além da preparação para o mundo do trabalho e o desenvolvimento de competências para continuar seu aprendizado. Especificamente, no art. 36, § 1º, inciso III, afirma-se que “ao fim do ensino médio, o educando deve apresentar domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”.

Conclusões: Política ou políticas?

O livro didático adotado no IF Goiano, Campus Trindade, *Sociologia em Movimento* (SILVA *et al.*, 2016), apresenta um capítulo sobre *Poder, Política e Estado* e outro sobre *Democracia, Cidadania e Direitos Humanos*. Observa-se, assim, que não é possível dissociar o conceito de “política” dos temas apresentados.

Compreende-se aqui, que a teoria da política envolve todas as instâncias da vida do jovem em formação no ensino médio integrado. E percebe-se que o objetivo do livro didático em análise é contribuir para a formação cidadã dos jovens. Assim, os temas entram em confronto direto com a concepção de senso comum que se tem do termo “política”, meramente associado a política partidária e, conseqüentemente, como uma prática de troca de favores entre candidato e os eleitores com direito a voto.

De Aristóteles (1994) à Idade Moderna, que apresenta um conceito de política como os meios pelos quais um sujeito ou grupo se organiza e exerce o poder ou o conquista. Neste sentido, política difere da noção de Estado que é um modo específico de exercício do poder e a forma como se organiza o sistema político na maioria das sociedades modernas. O pressuposto de que a origem do Estado tem seu fundamento em um contrato social é o que permeia o pensamento de Hobbes (1974), Rousseau (1997) e Locke (1994).

O questionamento à política e democracia moderna é feita por Marx e Engels (1996), que distinguem princípios democráticos formais e o que realmente acontece. Assim, a igualdade política garantida pelo voto é solapada pelas desigualdades de classe. O direito à propriedade do mesmo modo é a defesa dos que têm acesso à propriedade de bens, no caso

os que detêm o capital. Na perspectiva de Marx e Engels (1996), a democracia liberal é cerceada pelo capital e a restrição das opções políticas e o prevalectimento da desigualdade de classe.

A democracia contemporânea se ergueu no confronto entre liberalismo e socialismo. O liberalismo procurando defender a mínima influência do Estado no campo econômico e das liberdades. A perspectiva socialista parte da crítica à democracia representativa, ampliação da participação popular e controle do poder pelos conselhos operários; uma vez que não há efetiva representação dos interesses populares. Aqui o conceito de cidadão é substituído pelo trabalhador real, o que está no dia à dia da fábrica, o assalariado (SILVA *et al.*, 2016)

Quando se fala da política brasileira, o clientelismo não fica de fora. O Dicionário de Ciências Sociais (1987, p. 277) define o clientelismo como a atitude dos políticos que “baseiam sua carreira e máquina eleitorais na capacidade de atender demandas de benefícios visíveis e imediatos em troca da garantia de votos”. No livro didático analisado, o clientelismo é associado à República Velha, primeiro período da República Brasileira, marcado pela força das elites rurais que faziam valer sua vontade. Porém, na prática não foi um fenômeno específico da República Velha, uma vez que se tornou uma prática característica, um dos aspectos estruturais da vida política brasileira que se prolonga até os dias atuais.

Que tipo de política está implícita nos conteúdos do livro didático *Sociologia em Movimento*? Os autores são claros em reconhecer que na vida em sociedade a questão do poder importa muito. Por isso, os conteúdos estão sempre recorrendo à ideia de que a vida social contemporânea é regida pela necessidade de conquistar direitos. É uma visão de sociedade em disputa pelo poder de conquistar e ter direitos.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 4.024. 20 dez. 1961. . Acesso em: 11 ago. 2020.

DICIONÁRIO de ciências sociais. (1987). Rio de Janeiro, FGV/MEC.

FREITAG, B.; MOTTA, V. R.; COSTA, W. F. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília: Reduc, 1987.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1974 (Coleção Os Pensadores).

LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARX, K.; ENGELS, F.. **O Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Contraponto; São

Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. v. 1, tomo 1. São Paulo: Abril cultural, 1996.

SILVA, Afrânio *et al.* **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2016.

SOARES, M. B. **Um olhar sobre o livro didático**. Presença Pedagógica. Belo Horizonte, v 2, n. 12, p. 53-62, nov./dez. 1996.

ROUSSEAU, J.J. **Do Contrato Social e Ensaio sobre a origem das línguas**. (Os Pensadores, vol. 1). Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

Palavras-chave: Livro Didático. Sociologia. Política(s). Educação-Ensino Médio.